

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , de 2015

(Do Sr. Paulo Abi-Ackel)

Solicita informações ao Ministro da Pesca e Aquicultura, Sr. Helder Zahluth Barbalho, sobre o aumento de pagamento do Seguro Pescador Artesanal, também conhecido como Bolsa Defeso, ou bolsa pesca, em todo o Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e no inciso I do artigo 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Ministro da Pesca e Aquicultura, Sr. Helder Zahluth Barbalho, pedido de informações atualizadas aos seguintes questionamentos:

a) Qual o número de pescadores atendidos, o montante de recursos gastos com o Seguro Pescador Artesanal, ou Bolsa Defeso, nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, por Unidade da Federação?

b) Quais os critérios para admitir como pescador artesanal, e quantos pescadores foram habilitados e atendidos por unidade da federação, nos últimos quatro anos, e qual a periodicidade de fiscalização sobre a veracidade das informações prestadas na habilitação dos pescadores?

Para tanto, solicitamos ao Senhor Ministro documentos que comprovem a habilitação dos pescadores, o aumento do número de atendidos, o recebimento e a liquidação da bolsa defeso.

JUSTIFICAÇÃO

Justifica-se o requerimento ora apresentado devido às muitas notícias nos meios de comunicação, afirmando que há indícios de irregularidades no pagamento do seguro-defeso, o Bolsa Pesca. Segundo notícia veiculada no Portal G1 (<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/03/policia-prende-quadrilha-que-desviava-seguro-defeso-em-viana.html>), em 05/03/2015, “A Polícia Civil do Maranhão desarticulou nessa quarta-feira (4), no município de Viana, uma quadrilha suspeita de desviar recursos do Seguro Defeso. A ação foi resultado da 'Operação Peixe Grande'. De acordo com a polícia, a quadrilha estava instalada no Sindicato de Pescadores de Viana e, só no ano passado, teriam desviado R\$ 5 milhões.”

Segundo levantamento do O GLOBO, 18/09/2014, no estado que mais recebe seguro-defeso, o Pará - onde, de janeiro de 2011 até o ano 2014, foram pagos R\$ 1,69 bilhão de Bolsa Pesca, o Ministério Público Federal tem pelo menos 22 investigações sobre denúncias de irregularidades no pagamento do seguro no período de março de 2012 a março de 2014.

Há suposto estelionato e inserção de dados falsos, a partir de notícia de que servidores estariam cadastrando, mediante fraude (com data retroativa), pescadores e/ou falsos pescadores (...) visando habilitá-los ao recebimento do seguro-defeso.

Segundo informações do Tribunal de Contas da União, em investigações do seguro-defeso, para "verificar a eficácia dos controles internos" da concessão do seguro evidenciam irregularidades no cumprimento dos requisitos para o recebimento do Bolsa Pesca. Além da prática de cooptação da Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores (CNPA) e das superintendências da Pesca por partidos da base do governo Dilma, com uso eleitoral das mesmas.

Em auditoria, concluída no Ministério da Pesca em abril de 2013, a CGU também confirmou denúncias reveladas pelos meios de comunicação. Dentre elas, a CGU apontou que “não há nenhuma comprovação por parte dessas instituições quanto ao tempo em que o interessado é filiado ou que vem realizando a atividade da pesca”. Segundo a CGU, como resultado de auditoria, as federações não comprovam os dados dos pescadores, tampouco as superintendências as checam. Outra conclusão da CGU, foi que em algumas superintendências do país, desde 2012, “não havia por parte dos servidores procedimentos de validação das informações” como checagem do endereço informado, se possui fonte de renda ou se de fato é pescador.

Diante do exposto, com vistas à fiscalização e controle das ações desenvolvidas pelo Governo Federal, no cumprimento da obrigação constitucional do Parlamento, apresento o presente Requerimento de Informação.

Sala das Sessões, em de abril de 2015.

Deputado Paulo Abi-Ackel

PSDB/MG